

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG RR

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Boa Vista / RR - 2013

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG RR

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG RR

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
JOSÉ ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO
Ministro

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
Diretoria Colegiada
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e Fiscalização

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
Superintendência Regional de Roraima
ZÉLIA HOLANDA MAR
Superintendente Regional

Elaboração:
Zélia Holanda Mar

Apoio
Maria Pinheiro Leitão – SUREG/RR-Assistente
Maria Vilani Sousa – SUREG/RR - SECOF
Pedro Paulo de Lima – SUREG/RR - SEGEO
Maria Teixeira da Silva – GEPL/Matriz

am.sureg @conab.gov.br
Fones: (95) 3623-3200
Fax...: (95) 3623-3243

Sumário

Lista de Siglas.....	5
Lista de Quadros.....	6
Identificação da Unidade (Entidade).....	6
Identificação da Unidade (Entidade).....	6
Introdução.....	7
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	9
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	9
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	11
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	14
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	14
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	15
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	17
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	17
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	17
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	17
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	17
3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	18
3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	18
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	21
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	22
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	22
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	22
4.2.1. Venda em Balcão.....	22
4.2.1. Venda em Balcão.....	22
4.3. Principais Indicadores de Desempenho.....	24
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	25
6.2. Principais indicadores de desempenho.....	25
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	26
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	26
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	28
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	29
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	30
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	30
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	31
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	31
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	33
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	34
11.1. Alocação de Servidores.....	34
11.2. Comunicação na Instituição.....	34
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	35
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	36
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	36
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	40
11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:.....	41
Quadro 031 - Identificação da Unidade (Entidade).....	41
Quadro 031 - Identificação da Unidade (Entidade).....	41
Valor Total das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes – 2012	41

Valor Total das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes – 2012	41
.....	41
.....	41
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	42
12.1. Programas e Ações do PPA.....	42
12.3 - Demonstrações Contábeis	43
12.3.1-Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº6.404/76 Incluindo Notas Explicativas. 43	
12.3.1-Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº6.404/76 Incluindo Notas Explicativas. 43	
12.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	43
Resultados e Conclusões.....	44
ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....	45
ANEXO II - xxx.....	67

Lista de Siglas

SUREG-RR	Superintendência Regional de Roraima
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DN	Decisão Normativa
TCU	Tribunal de Contas da União
RG	Relatório de Gestão
UJ	Unidade Jurisdicionada
AGF	Aquisição do Governo Federal
PEP	Prêmio p/o Escoamento da Produção
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
VEP	Valor para o Escoamento de Produto
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
CIBRIUS	Instituto CONAB de Seguridade Social
OCI	Órgão de Controle Interno
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
LOA	Lei Orçamentária Anual
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
CONAD	Conselho de Administração
MOC	Manual de Operações da CONAB
NOC	Normas da Organização
MO	Mercado de Opção
RR	Roraima
UA	Unidade Armazenadora
PGPM	Programa de Garantia de Preço Mínimo
GEOSE	Gerência de Operações e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
BSC	Balanced Scorecard
CPR	Cédula do Produto Rural
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
SUGOF	Superintendência de Gestão da Oferta
COOPERCINCO	Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos
APITSM	Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos
CIR	Conselho Indígena de Roraima
APIWX	Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai Xaari
ASA	Associação Setentrional de Apicultores de Roraima
PROVB	Programa de Vendas em Balcão
DIPAI	Diretoria de Política Agrícola e Informações
SUPAF	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
SUARM	Superintendência de Armazenagem
SUPAB	Superintendência de Abastecimento Social
GEPAB	Gerência de Programas de Abastecimento
GEARM	Gerência de Armazenagem
DIAFI	Diretoria Administrativa, Financeira e Fiscalização
SUCON	Superintendência de Contabilidade
GERAC	Gerência de Análise Contábil
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SUOPE	Superintendência de Operações Comerciais

GEFOC	Gerência de Informação e Controle de Estoques
CENTREINAR	Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
UFV	Universidade Federal de Viçosa
TI	Tecnologia da Informação
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PAAS	Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PPA	Plano Plurianual
SEGEO	Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Lista de Quadros

Nº	Título	Pag
001	Item da Parte C da DN TCU Nº 119/2012 não relacionados neste RG	
002	Identificação da Unidade	
003	Nomes e Períodos dos Principais Responsáveis	
004	Contratos de Bens e Serviços	
005	Principais Empresas do Setor Privado que Prestam Serviços de Armazenagem no Estado de Roraima	
006	Principais Cliente do Setor Público - Armazenagem	
007	Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)	
008	Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)	
009	Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento	
010	Dez maiores operações na CPR-Doação / MDS	
011	Dez maiores operações na CPR-Estoque / MDA	
012	Principais Indicadores de Desempenho do PAA	
013	Dez maiores operações de Vendas em Balcão (Milho)	
014	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	
015	Principais indicadores de desempenho de Venda em Balcão	
016	Resultado dos Serviços de Armazenagem / SUREG/RR	
017	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	
018	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	
019	Plano de Investimentos para Certificação das Uas	
020	Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda	
021	Demonstrativo das Remoções Contratadas	
022	Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	
023	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	
024	Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	
025	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	
026	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	
027	Composição do Quadro de Estagiários	
028	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	
029	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	
030	Principais Indicadores de Desempenho da Gestão de Pessoas	
031	Identificação da Unidade (Entidade)	
032	Ações orçamentárias da UJ	
033	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	
034	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional de Roraima, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

Entre muitas dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela SUREG Roraima para o exercício de 2012, decorrem de pessoal, da escassez crônica de recursos humanos em face da perda e o envelhecimento dos servidores, sem que haja um Plano de Desligamento Voluntário atrativo com garantias da continuidade do benefício do plano de saúde da CONAB, e também da reposição insuficiente, por falta de concurso externo voltado diretamente ao Estado.

Fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores tais como, limites orçamentários para despesas com diárias e passagens, para capacitação e para aquisição de bens móveis necessários para propiciar um ótimo ambiente de trabalho, bem equipado.

A SUREG/RR não tem uma Sede, funciona dentro da Unidade Armazenadora, espaço físico pequeno para comportar todo o pessoal existente e sem espaço para acolher outros servidores que possam vir por meio de concurso e transferência, necessitando de um novo prédio para a instalação da Sede.

A falta de revitalização e modernização da Unidade Armazenadora Boa Vista, bem como, aquisição urgente de novos equipamentos, tais como Balança Eletrônica de alta capacidade (60.000kg) e Esteiras Articuladas, pois é o único empreendimento operacional da companhia no Estado de Roraima.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Quadro 001 – Item da Parte C da DN TCU Nº 119/2012 não relacionados neste RG

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
2. Análise Geral do Ambiente de Negócios e de Gestão		
2.1	Análise sobre o Ambiente de Gestão	
2.2	Análise sobre o Ambiente de Negócios	
	Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Principais Clientes do Setor Público Comercialização	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Principais Clientes do Setor Privado Comercialização	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Principais clientes do setor privado – armazenagem	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda		
3.2.1	Aquisição do Governo Federal - AGF	Não operacionalizado pela SUREG-RR
3.2.2	Contrato de Opção de Venda	Não operacionalizado pela SUREG-RR

3.2.3	Prêmio p/o Escoamento da Produção – PEP (compra)	Não operacionalizado pela SUREG-RR
3.2.4	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa - PEPRO	Não operacionalizado pela SUREG-RR
3.2.5	Programa de Aquisição de Alimentos-PAA	Operacionalizado na SUREG-RR
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio p/o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
4.3	Valor para o Escoamento de Produto – VEP (venda)	Não operacionalizado pela SUREG-RR
4.4	Venda em Balcão	Operacionalizado na SUREG-RR
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.1	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT	Não operacionalizado pela SUREG-RR
5.2	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP	Não operacionalizado pela SUREG-RR
5.3	Principais Indicadores de Desempenho	Não operacionalizado pela SUREG-RR
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação		
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
11.7	Resultado Financeiro do CIBRIUS	Informação centralizada na UJ 135100 (matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências Recebidas e Realizadas no Exercício	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.4	Transferência mediante Convênio	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.7	Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	Não houve ocorrência na UJ
12.8	Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	Não houve ocorrência na UJ
12.9	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
13. Governança e Controles		
13.1	Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício	Não houve ocorrência na UJ
13.2	Deliberações do TCU pendentes no Exercício	Não houve ocorrência na UJ
13.3	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	Não houve ocorrência na UJ
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Quadro 002 – Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação Abreviada: CONAB		
Código SIORG: 107926	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 135587
Situação: Em funcionamento		
CNPJ: 26.461.699/0474-97	Natureza Jurídica: Empresa Pública	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato: (95) 3623-3200 / (95) 3623-3243		
Endereço Eletrônico: rr.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: Av. Venezuela Nº 1120 Bairro Mecejana – Boa Vista-RR CEP 36.69.309-695		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 6.407, de 25/03/2008 A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, foi constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990. A Superintendência Regional de Roraima – SUREG-RR é parte integrante da estrutura organizacional da CONAB, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 005, de 30 de julho de 2008, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia em sua 182ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2008. Sua estrutura organizacional foi alterada por meio da Resolução CONAD Nº 07. de 15 de dezembro de 2009, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia em sua 199ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2009, passando de SUREG Tipo IV para SUREG Tipo II.		
Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Legislação de Armazenagem: Decreto nº 1.102, de 21/11/1903 Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Lei nº 9.973, de 29/05/2000. Decreto nº 3.855, de 03/07/2001. Regulamento de Pessoal Estatuto Social. Regimento Interno. Processos Internos		

Manuais e Publicações Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada		
MOC – Manual de Operações da CONAB. NOC – Normas da Organização . Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	Título Resumido
135436	Unidade Mercado de Opção Roraima	Unid MO/RR
135554	Unidade CONAB PAA Roraima	PAA Roraima
135557	Unidade Armazenadora Boa Vista	UA/Boa Vista
135570	Unidade Estoque Estratégico Roraima	Unid. Est. Estra. RR
135587	CONAB Sede SUREG Roraima	CONAB Sede SUREG RR
135606	Núcleo Estoque Regulador/RR - PGPM	Núcleo PGPM/RR
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
22211	Companhia nacional de Abastecimento	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
Unidade Mercado de Opção Roraima		22211
Unidade CONAB PAA Roraima		
Unidade Armazenadora Boa vista		
Unidade Estoque Estratégico Roraima		
CONAB Sede SUREG Roraima		
Núcleo Estoque Regulador/RR - PGPM		

Fonte:SUREG-RR

Quadro 003 – Nomes e Períodos dos Principais Responsáveis

Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis
Superintendência Regional - RR
Superintendente: Iriseli Buarque Onofre (01/01/2012 a 22/08/2012)
Superintendente Interina: Maria Darcy de Almeida (23/08/2012 a 02/12/2012)
Superintendente: Zélia Holanda Mar (03/12/2012 a 31/012/2012)
Gerentes de Área
Gerência de Operações e Suporte Estratégico - GEOSE
Gerente: Fábio Ceccato Magalhães (01/01/2012 a 18/03/2012)
Gerente: João José Mendes Neto (19/03/2012 a 01/10/2012)
Gerente: Fábio Ceccato Magalhães (13/12/2012 a 31/12/2012)
Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
Gerente:Robson Marques dos Santos (01/01/2012 a 10/02/2012)
Gerente: Zigmani Tobias Cardoso (19/03/2012 a 31/12/2012)
Gerente da Unidade Armazenadora
UA Boa Vista
Gerente: Simone Gugelmin (01/01/2012 a 31/01/2012)
Gerente: João Chaves Picanço (01/02/ 2012 a 17/06/2012)
Gerente: Francisco Oliveira Barbosa (18/06/2012 a 31/012/2012)

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

1.2.1 Breve análise sobre o Planejamento Estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico.

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard - BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avalizados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

1.2.2 Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

Apresentamos a seguir uma breve análise sobre os principais macroprocessos relacionados à perspectiva da sociedade, desenvolvidas pela SUREG-RR em 2012, que são: sustentação de renda, promoção do abastecimento, atendimento a parceiros, prestação de serviços, geração e disseminação de informações e conhecimentos.

Cabe salientar, que o Planejamento Estratégico e seus Macroprocessos estão em fase de reavaliação, considerando o novo alinhamento da gestão, conforme descrito no capítulo 9.

Macroprocesso de Sustentação de Renda

No exercício de 2012, a SUREG-RR operacionalizou 02 (dois) importantes instrumentos referentes a esse macroprocesso: o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Aquisição do Governo Federal – AGF.

As ações do PAA concentraram-se na CPR – Doação e CPR – Estoque, enquanto que a AGF foi utilizada para a aquisição de sacaria para ensaque de milho em grãos destinado ao Programa de Venda em Balcão.

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Durante todo o exercício de 2012 a SUREG-RR operacionalizou com sucesso o Programa Venda em Balcão, promovendo o abastecimento do produto milho aos pequenos criadores.

Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Não operacionalizado pela SUREG-RR

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Com relação a este macroprocesso, a SUREG-RR, no exercício de 2012, contribui com a operacionalização do PAA – Programa Aquisição de Alimentos, promovendo o acesso à alimentação e incentivando a agricultura familiar, bem como, na formação de estoque pelas organizações da agricultura familiar, além do fortalecimento do associativismo, cujo orçamento é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Macroprocesso de Prestação de Serviços

Não operacionalizado pela SUREG-RR

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

Não operacionalizado pela SUREG-RR

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Não operacionalizado pela SUREG-RR

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A CONAB, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução

das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento. Portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da CONAB; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a CONAB deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Comportamento do mercado agrícola

Apesar de incipiente, no estado de Roraima se produz: arroz, milho, soja, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, tomate, banana, abacaxi, melancia, laranja, entre outras culturas de menor expressão. A maior produção agrícola no estado ainda é do arroz, sendo que o Estado tem envidando esforços para o aumento nas áreas de soja e milho.

Estratégia de atuação da Empresa

Com base no alinhamento estratégico seguido pela CONAB, as principais atividades desenvolvidas pela SUREG-RR contemplaram:

- o apoio às fiscalizações das operações do PAA no Estado do Ceará, com consequente treinamento de 01 (uma) fiscais da Regional de Roraima.
- o atendimento a programas sociais do Governo, incluindo as parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, SESC-MESA BRASIL, Governo Estadual, INCRA, FUNAI e Secretaria de Agricultura, no que se refere à Ação do Programa de Aquisição de Alimentos.
- Mapeamento dos arrozais das Terras Indígena Raposa Serra do Sol.
- Participação em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais, na elaboração e operacionalização de polícias públicas e demais atividades voltadas ao abastecimento e garantia de renda ao produtor rural.

Contratação de Bens e Serviços

As contratações de bens e serviços no âmbito da SUREG-RR, são pautadas na legislação vigente e obedecem ao que preconiza a Resolução CONAB nº 013, de 22/12/2010, no que tange aos limites de competência, delegados aos gestores para autorizar a deflagração dos certames licitatórios.

Assim, visando proporcionar as condições favoráveis à consecução dos objetivos finalísticos da Companhia na jurisdição do Estado de Roraima, no que tange ao aquisição de bens e contratação de serviços, foram celebrados o seguinte contrato:

Quadro 004 – Contratos de Bens e Serviços

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	OBJETO	VALOR/MÊS	VIGÊNCIA
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola	61.600.839/0001-55	Serviços de Agente de Integração de Estágio	R\$ 4.130,00	20/11/2012 a 19/11/2013

Fonte: Sureg-RR

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

a) Exposição dos Empregados a Riscos de Natureza Física

Devido a falta de pavimentação no terreno entorno do Prédio Sede e da UA Boa Vista,

os empregados são expostos a riscos de quedas/tropeços frequente pelas irregularidades existente no solo/piso, tais como buracos, poças de água, pedras ao longo do caminho, fatores que contribuem ao desequilíbrio, conseqüentemente a queda dos empregados e clientes.

Como a estrutura física da SUREG-RR e UA Boa Vista é composta de 03 (três) pequenos prédios afastados um do outro, e a falta de toldos que possam ligar um prédio ao outro possibilita que os empregados e clientes a fiquem exposto as intepéres (sol, chuva e vento).

A falta também de um portão eletrônico na entrada do terreno do Prédio-Sede dificulta o acesso tanto dos empregados como dos clientes nos dias chuvosos.

Existe também a necessidade de construção de 01 (uma) guarita na entrada do terreno para abrigar o porteiro/vigilante, possibilitando que os clientes/visitantes possam ser identificados.

Por tratar de edificação antiga e toda a parte elétrica está bastante precária, há necessidade urgentes de obras de reforma predial, elétrica, hidrossanitárias e pavimentação, entre outras, que garantam maior segurança.

b) Exposição dos Empregados a Riscos de Natureza Financeira

A falta de qualificação/capacitação do corpo funcional da SUREG-RR, por falta de treinamentos internos e externos expõe o empregado a inseguranças na realização de suas tarefas em frente as novas tecnologias implantadas pela matriz em âmbito nacional.

O quadro reduzido de empregados na SUREG-RR também contribui bastante para ocorrência de erros em suas atividades devido ao grande numero de tarefas a serem executadas em curto espaço de tempo.

c) Ações Adotadas para Sanar/Minimizar os Riscos

No que tange aos riscos físicos, provocados pela falta de reforma do imóvel utilizado pela Sede e pela UA Boa Vista, esperamos que o plano de revitalização e modernização sejam implementados em nosso Estado, com a conclusão da contratação de escritório de arquitetura, para elaboração dos projetos, imprescindíveis à execução das obras nas Unidades. Essa medida deve minimizar os riscos físicos, tanto para os empregados quanto para a conservação do imóvel.

A realização de treinamento específico para a condução das tarefas ajudaria a minimizar os riscos financeiros, a que os empregados estão expostos.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

Quanto às ações relativas a armazenagem e ao apoio à comercialização, a SUREG-RR executou os procedimentos relativos à aquisição/recebimento dos produtos destinados à composição de cestas de alimentos para atendimento da demanda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Programa de Vendas em Balcão, possibilitando o acesso aos pequenos criadores do produto milho em grãos

O Programa de Aquisição de Alimentos, fortalecendo a agricultura familiar e beneficiando as famílias em insegurança alimentar e nutricional.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

A respeito das Empresas do Setor Privado que prestam serviços análogos aos da CONAB, os maiores agentes armazenadores, em termos de capacidade estática, encontram-se na capital do Estado Boa Vista.

O quadro a seguir apresenta a relação dos agentes armazenadores cadastrados no Estado de Roraima, bem como a capacidade de armazenagem em toneladas.

Quadro 005 – Principais Empresas do Setor Privado que Prestam Serviços de Armazenagem no Estado do Roraima

UF	Nome do Agente Armazenador	Município	CNPJ	Capacidade (ton)
RR	COOP DE PROD AGRUP DO EXT NORTE BRASILEIRO	Boa Vista	03019065000177	24.957
	P C JUSTO QUARTIERO	Boa Vista	22907158000182	20.758
	CIAGRO – CIA AGROINDUSTRIAL DE RORAIMA	Boa Vista	04651154000102	20.137
	FACCIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Boa Vista	22905533000155	14.304
	G E FACCIO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Boa Vista	08247299000195	10.109
	IVO BARILI INDUSTRIA E COMÉRCIO	Boa Vista	04067656000182	9.087
	ITIKAWA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Boa Vista	34808204000175	7.784
	IVALCIR CENTENÁRIO EPP	Boa Vista	34807008000186	6.082
	CESARIN E FERRARI LTDA	Boa Vista	05281565000108	6.070
	IRMÃOS CARVALHO LTDA	Boa Vista	05575347000186	2.553

Fonte: Suarm/Gearm

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

a) Principais Clientes do Setor Público – Armazenagem

A CONAB considerou como principais clientes os depositantes que movimentaram mais de 1.000 (mil) toneladas em 2012

Quadro 006 – Principais Cliente do Setor Público - Armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26.461.699/0419-60	Companhia Nacional de Abastecimento / Mercado de Opção	Milho	12.527.586	7.846.166,11

Fonte: SUARM/GEARM

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

Nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, a CONAB desenvolve ações baseadas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola, sem entretanto, monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a CONAB leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto - Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

O arroz apresentou no início do ano, preços de mercado abaixo do preço mínimo, mas logo se recuperaram, havendo pouca necessidade de intervenção do governo através da AGF.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No exercício de 2012 a SUREG-RR adquiriu através da AGF, por meio de leilão público, o quantitativo de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) unidades de Sacarias de Polipropileno, no valor/total de R\$ 207.775,00 (duzentos e sete mil, setecentos e setenta e cinco reais), destinadas ao ensaque de milho em grãos para comercialização por meio do Programa Vendas em Balcão.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise está elaborada pela SUGOF, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado Financeiro Geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No exercício de 2012, a SUREG-RR operacionalizou O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na modalidade Apoio à Formação de Estoque da Agricultura Familiar, através de emissão de Cédula de Produto Rural - CPR-Estoque, com recursos do MDA, tendo por finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, de produção própria dos agricultores familiares, visando a agregação de valor à produção e sustentação de preços.

Outro instrumento operacionalizado durante o exercício de 2012 foi na modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, através de emissão da Cédula de Produto Rural - CPR-Doação, voltado para o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares organizados em grupos formais (cooperativas e associações). Nesse caso, são amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela CONAB.

Os preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

Os quadros a seguir apresentam o demonstrativo físico e financeiro das aquisições de produtos por meio da CPR-Doação, com recursos disponibilizados oriundos do MDS, e da CPR-Estoque, com recursos disponibilizados pelo MDA

Quadro 007 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	1	Diversos	509	936.223,00	1.835.665,00
Subtotal	1	-	509	936.223,0	1.835.665,00
MDA					
Subtotal	-	-	-	0,0	-

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 008 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS					
Subtotal	-	-	-	0,0	-
MDA	2	Diversos	152	1.004.531,00	789.915,00
Subtotal	2	-	152	1.004.531,0	789.915,00

Fonte: Dipai/Supaf

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Dos instrumentos operacionalizados pela SUREG-RR, a CPR-Doação é o que apresenta a maior demanda pois possibilita a comercialização de produtos característicos da Agricultura Familiar, tais como: hortaliças, frutas, peixe, frango entre outros. Enquanto que a CPR-Estoque exige melhor estruturação e maior planejamento da organização, tendo sido a sua procura estável, concentrando-se em operações desenvolvidas por cooperativas.

Para a operacionalização da CPR-Estoque e da CPR-Doação, com base nos Termos de Cooperação celebrados entre a CONAB e o MDA e o MDS, que descentralizam os recursos orçamentários e financeiros, as entidades proponentes enviam à CONAB, por meio do PAANet, os projetos detalhados descrevendo a quantidade de produtores fornecedores, os produtos e as quantidades oferecidas e, especificamente para a CPR-Doação, informam as entidades que serão beneficiadas e a quantidade de pessoas assistidas.

A CONAB visando a correta operacionalização e desempenho, objetivando ainda a padronização dos programas no âmbito nacional, utiliza o MOC - Manual de Operações da CONAB, para cada modalidade do PAA, além do regramento do Grupo Gestor do PAA, órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representante de 06 Ministérios, que são: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

No final de 2012, percebendo a necessidade permanente de manter as operações sob supervisão frequente, bem como, proceder as fiscalizações necessárias para evitar possíveis desvios dos objetivos do PAA, a CONAB/Matriz treinou uma equipe grande de fiscais, buscando técnicos de todos os estados, capacitando-os para a correta fiscalização, instituído também o Manual de Fiscalização do PAA.

Resultado Financeiro Geral

O PAA é um programa social que torna possível a formação de estoques estratégicos e o recebimento de alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional entre outros. Ao longo de 04 (quatro) anos de operações do PAA no estado de Roraima, milhares de famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao Governo Federal, obtendo garantia de renda e de melhoria na qualidade de vida.

O melhor desempenho do PAA concentra-se sem dúvida, no instrumento CPR-Doação, operado com recursos do MDS, que vem aumentando a cada ano. O sucesso da CPR-Doação deve ser creditado ao desempenho do instrumento, que possibilita a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar.

No ano de 2012, o PAA no Estado de Roraima, beneficiou as comunidades indígenas de 10 municípios entre os 15 municípios existentes, totalizando o valor/total de R\$ 1.288.419,00. Com relação aos Assentados, beneficiou 05 municípios, no valor/total de R\$ 337.641,00, além de agricultores familiares..

Quadro 009 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	-	0,0	0,00
MDA	-	0,0	0,00
MDS	diversos	936223,0	1835665,00
MDA	-	0,0	0,00
MDS	Castanha do Brasil	1004531,0	789915,00
MDA	-	0,0	0,00
I MDS		1940754,0	2625580,00
I MDA		0,0	0,00
Geral		1940754,0	2625580,00

Fonte: Dipai/Supaf

Dez maiores operações em cada modalidade

Quadro 010 – Dez maiores operações na CPR-Doação / MDS

CNPJ	Proponente	Produto	Qte (ton)	Valor (R\$)
07895712/0001-65	COOPERCINCO	Diversos	-	780.000,00
03.970835/0001-62	APITSM	Diversos	-	450.000,00
07895712/0001-65	COOPERCINCO	Diversos	-	349.165,00
34807578/0001-76	CIR	Diversos	-	180.000,00
34807578/0001-76	CIR	Diversos	-	76.500,00
Total			-	1.835.665,00

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 11 - Dez maiores operações na CPR-Estoque / MDA

CNPJ	Proponente	Produto	Qte (ton)	Valor (R\$)
11430383/0001-54	APIWX	Castanha do Brasil	-	447.999,00
840372740001-45	ASA	Mel de Abelha	-	207.996,00
11430383/0001-54	APIWX	Castanha do Brasil	-	133.920,00
Total			-	789.915,00

Fonte: Dipai/Supaf

3.3. Principais indicadores de desempenho**Quadro 12 – Principais Indicadores de Desempenho do PAA**

Nome do Indicador: Percentual de Projetos do PAA com Valores Elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	10,60%	1,90%	2,00%
Análise do Resultado: O resultado alcançado em 2012, coincide com a entrada de mais instituições/cooperativas no Programa, fato este que se explica pela necessidade de criação de Cooperativas para acessar o PNAE da Merenda Escolar, onde a emissão de Notas Fiscais pela Sefi tem permitido o ingresso apenas de fornecedores via cooperativas ao invés de ser via associação. Para o PAA/Conab as associações tem respaldo da Companhia, pois caso não consigam emitir Notas Fiscais, a Conab emite a Nota de entrada, viabilizando o acesso. Porém a criação dessas cooperativas veio concentrar um número considerável de agricultores, que são acolhidos nessas estruturas, e que aproveitaram a oportunidade ofertada via PAA para acessar o Programa com mais profissionalismo, aumentando o valor unitário das propostas.			
Nome do Indicador: Percentual de Agricultores com Menor Renda Atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimentos a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	41,60%	38,50%	32,20%
Análise do Resultado: O aumento que vai de 32,20% em 2010 para 41,60% em 2012, é extremamente favorável ao Programa, já que identifica o aumento do acesso pelo público prioritário do PAA, que são assentados, pescadores, indígenas, etc. Resultado da priorização das ações da Sureg voltadas a incentivar e capacitar, através de oficinas, esse público para que conseguissem se inserir no mercado institucional.			
Nome do Indicador: Percentual de Recursos do PAA Destinado ao Atendimento de Agricultores com Menor Renda	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	38,50%	31	30,60%
Análise do Resultado: O indicador segue uma tendência de aumento na disponibilização dos recursos do PAA em atendimento aos agricultores de menor renda, sendo isso muito favorável ao Programa, enquanto beneficia o acesso do público prioritário do PAA.			
Nome do Indicador: Percentual de Projetos Supervisionados em Relação ao Total de Projetos do PAA em Execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	12,10%	25,00%	7,80%
Análise do Resultado: A queda nas supervisões de 2011 para 2012 deveu-se aos ajustes nos procedimentos de supervisão alertados pela Matriz, quando a equipe ficou de sobre aviso aguardando novas orientações. Foi lançado ao final de 2012 o modelo de Fiscalização do PAA, porém apenas com Fiscais credenciados pela Conab.			
Nome do Indicador: Percentual de Municípios Atendidos pelo PAA em Relação ao n.º de Municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	31,00%	29,00%	29,00%
Análise do Resultado: O aumento de 29% em 2010 para 31% em 2012, mostra uma elevação tímida em função da massificação das compras institucionais através da merenda escolar, o que fez com que algumas associações recuassem momentaneamente para acessar o PAA, apesar das intensas divulgações em vários municípios feita pela equipe da Sureg/RR.			
Nome do Indicador: Percentual de Mulheres Produtoras Atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	33,96%	22,00%	21,00%
Análise do Resultado: O aumento considerável de 21% em 2010 para 33,96% em 2012 é um resultado extremamente favorável, que veio juntamente com as novas exigências incluídas em normativos do PAA para condicionar o acesso das entidades que apresentassem propostas com, no mínimo, 40% de mulheres, estimulando esse público, geralmente excluído das formalidades, a se fazerem presentes e protagonistas dentro do PAA na Sureg/RR			

Fonte: Sureg-RR/ Geose

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Com o objetivo de promover a regularização do abastecimento interno, a CONAB desenvolve ações que incluem a venda de estoques governamentais, no caso da SUREG/RR, utiliza o Programa Venda em Balcão, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas.

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

No exercício de 2012, no âmbito da SUREG-RR foram realizadas as intervenções por meio de venda em balcão. O objetivo da venda em balcão, foi o de permitir o acesso dos pequenos criadores cadastrados no programa, ao produto milho em grãos ensacado, oriundo dos estoques da PGPM.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

O milho, com exceção da Bahia, que teve o preço abaixo do preço mínimo por apenas uma semana, os preços praticados em 2012 não ficaram abaixo do preço mínimo vigente, não sendo necessário, portanto, compras através de AGF. Apesar do aumento na produção de milho nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Sergipe, esta região ainda é deficitária. Considerando, também, a seca que assolou o nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Venda em Balcão

O Programa de Vendas em Balcão – PROVB, favorece o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela CONAB, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos, permitindo o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos. A clientela, os preços de venda, a área de abrangência e demais procedimentos operacionais e financeiros do programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social / Venda em Balcão, do Manual de Operações da CONAB-MOC.

Os preços de venda praticados são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo que o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da CONAB.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Por meio do PROVB foram comercializadas pela SUREG-RR, no exercício de 2012, 5.035 (cinco mil e trinta e cinco) toneladas de milho em grãos ensacado, vinculado aos estoques da

PGPM, correspondendo a um valor de R\$ 3.222.596,52 (três milhões, duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), constituindo um acréscimo considerável em relação às vendas no ano de 2011.

Houve um aumento na procura pelo Programa de Venda em Balcão, para novos cadastros, bem como, para atualização do plantel, indicando com isso um aumento de demanda para a compra do milho em grãos.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 013 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão (Milho)

	Cliente	Qte Negociada(t)	Total da Operação
1	Arianos Tavares Garcia	14.000	8.960,00
2	João Fermino Mesquita	14.000	8.960,00
3	Francisco Pereira Neto	14.000	8.960,00
4	Mirage Alimento EPP-Ltda	14.000	8.960,00
5	Maggi e Maggi Ltda	14000	8.960,00
6	Lauro Reinehr	10.900	9.976,00
7	Orlando Reinehr	9.650	6.176,00
8	Abade Brum de Oliveira	10.000	6.400,00
9	Clarice Emi Tsuji	10.000	6.400,00
10	Antonio Marcos Albuquerque Lemos	5800	3.712,00

Fonte: SUREG-RR/SEGEO

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Os pequenos criadores apresentam reconhecida dificuldade em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, e em razão da sua escala operacional e/ou localização, não tem acesso aos estoques governamentais ofertados por meio de leilões públicos, realizados com as Bolsas de Mercadorias. Um aspecto a considerar é a falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, o que não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, ficando a mercê das flutuações e oportunismo do mercado.

Diante disso, a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, propicia um processo de desenvolvimento a um dos mais representativos segmentos da economia nacional, com a geração de renda e empregos, principalmente nas áreas rurais mais necessitadas, influenciando ainda na movimentação populacional do campo para os grandes centros urbanos.

Nesse contexto, o Programa de Vendas em Balcão – PROVB operacionalizado pela SUREG-RR, vem favorecendo o acesso direto ao produto milho em grãos ensacado ofertado pela CONAB, atendendo além dos pequenos criadores rurais, distribuídos em 15 (quinze) municípios do Estado de Roraima. A quantidade máxima mensal para a venda de milho aos cadastrados no PROVB, em toda a Região Norte, é de 14 toneladas.

Resultado financeiro geral**Quadro 014 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
0	0	0		
		0	0,0	,00
	0	0	0,0	,00
0	0	0	0,0	,00
	0	0	0,0	,00
Total das Aquisições e Subvenções			0,0	0,00
Venda	0	0	0,0	,00
	Venda em Balcão	milho	5.035,0	3.222.596,52
Subvenção	0	0	0,0	,00
Total das Vendas e Subvenção			5.035,0	3.222.596,52
Resultado Geral			5.035,0	3.222.596,52

Fonte: SUPAB/GEPAB

4.3. Principais Indicadores de Desempenho**Quadro 015 - Principais indicadores de desempenho de Venda em Balcão**

Nome do Indicador: Percentual de Municípios Atendidos pelo PROVB em Relação ao n.º de Municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PROVB no Estado	16,50%	11,88%	8,70%
Análise do Resultado: O indicador apresenta uma considerável tendência de aumento no atendimento aos pequenos criadores, abrangendo os municípios fora da área metropolitana e áreas rurais no entorno da capital Boa Vista,			

Fonte: Sureg-RR- X-FAC/UA Boa Vista

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

A atividade de armazenagem desenvolvida pela CONAB tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

No âmbito da SUREG-RR, temos apenas uma única unidade armazenadora, que é a UA Boa Vista, que tem executado somente as ações de armazenagem dos produtos destinados ao Programa de Venda em Balcão.

Quadro 16 – Resultado dos Serviços de Armazenagem / SUREG/RR

Discriminação	Valor (R\$)
Receita de Vendas e Serviços	-
Receita de Vendas	-
Vendas Estoques Estratégicos	-
Recebimento de Vendas em Balcão	3.220.095,52
Repasse de Vendas em Balcão	(3.220.095,52)
Recebimento da Agricultura Familiar	-
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-
Vendas Estoques Reguladores PGPM	-
Vendas PGPM	-
Repasse de Vendas da PGPM	-
Vendas Abastecimento Social	-
Vendas Atacado	-
Adições a Receita de Vendas	-
Receita de Serviços	-
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-
=Receita Líquida de Vendas e Serviços	-
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-
=Lucro Bruto Operacional	-
-Despesas Operacionais	(1.879.637,32)
Despesas de Pessoal	(1.361.163,90)
Despesas Financeiras	-
Despesas Comerciais e Administrativas	(518.473,42)
Receitas Operacionais Diversas	1.614.535,42
Resultado Não Operacional	900,00
Resultado	(264.201,90)

Fonte: Diafi/Sucon

6.2. Principais indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho relativos à prestação de serviços, ainda estão sendo elaborados, devendo ser apresentados no próximo exercício.

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 17 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
UA Boa Vista	4	8.700	0	0	8.700	711	8,2
							#DIV/0!
							#DIV/0!
							#DIV/0!
							#DIV/0!
							#DIV/0!
							#DIV/0!
Total	4	8.700	0	0	8.700	711	8,2

Fonte: Sicarm

A Unidade Armazenadora de Boa Vista, conta com 04 (quatro) armazéns, que no ano de 2012, utilizou apenas 01 (um), para armazenamento do milho em grãos destinados ao Programa Venda em Balção.

A falta de revitalização nos armazéns torna impossível a ocupação para produtos de terceiros, haja vista, o estado precário de suas instalações e seus equipamentos obsoletos.

Existe procura de armazenagem por parte terceiros devido a escassez de armazéns no Estado de Roraima, devido sua capacidade e a localização estratégica para o atendimento a produção agrícola da região.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

Quadro 18 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Unidade Armazenadora	Produto	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
Boa Vista	Milho	-	-	-	1.213.137	1.335.468,14
Total					1.213.137	1.335.468,14

Fonte: SUOPE/GEFOC

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 (regulamenta a Lei de Armazenagem).

a) Principais problemas

A Unidades Armazenadora Boa Vista, sob jurisdição da SUREG-RR, apresentam um problema em comum: a necessidade de recuperação e modernização das instalações físicas, além da aquisição de equipamentos (balanças, secador de grãos, esteiras etc). Isto ocorre em função da depreciação natural das estruturas (telhado, telas, portas, etc) e a necessidade de adequação aos requisitos para a Certificação das Unidades Armazenadoras.

Outro ponto importante, é a carência de pessoal para o desenvolvimento e ampliação dos serviços de armazenagem. Nesse aspecto, a concretização do concurso público é primordial.

b) Demanda por manutenção

De modo geral, a Unidade Armazenadora de Boa Vista, necessita de constante manutenção nas coberturas e nas instalações existentes (civis, elétrica e mecânicas). Há necessidade de uma força tarefa para identificar todos o serviços de obras a serem realizadas, ficando prejudicada por falta de pessoal.

c) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

QUADRO 19 – PLANO DE INVESTIMENTOS PARA CERTIFICAÇÃO DAS UAS CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICOS PREVISÃO 2015

BOA VISTA – RR		
Capacidade estática: 8.700	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Intermediária
Obras	Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Pavimentação	1.225.000	O4
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O4
Sistema de captação de material particulado (secador)	295.000	O4
Sistema de combate a incêndio	375.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto	10.000	O1

LEGENDA:

O1: Exigência no momento da vistoria

O3: Exigência a partir de dezembro de 2013

O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

Fonte: Suarm

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

Quadro 20 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

Armazéns Cadastrados		Produção – safra 2011/12		Demanda %
N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)	Produto	Quantidade (mil ton)	
27	147,4	Soja	10,4	89,1
		Arroz	106,0	
		Feijão	2,0	
		Milho	13,0	
		Total Produção	131,4	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

A capacitação da mão de obra do setor armazenador tem como objetivo o seu treinamento e qualificação, visando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados e a diminuição da rotatividade da mão de obra.

A atividade foi suspensa, havendo a necessidade de redefinição do público alvo a ser beneficiado pelos treinamentos, bem como a implementação de novos controles visando, por exemplo, o “feedback” dos participantes. Além disso, a regularização administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução da ação, por meio de Convênio CONAB e FUNARBE, já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos representantes da Companhia e da UFV. Entretanto, a retomada da ação depende ainda da disponibilidade de recursos e da assinatura de novo convênio.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos.

O quadro de fiscais da SUREG-RR, no exercício de 2012, esteve composto por 01 fiscais, que teve suas atividades suspensa por estar exercendo a função de Superintendente Regional, retornando as atividades de fiscalização em Setembro/2012.

No mês de dezembro de 2012, a fiscal da SUREG/RR foi convocada 02 para participação de treinamento de fiscalização em Brasília-DF, das operações do PAA, modalidade CPR-Doação, oportunidade em que a mesma recebeu orientações e documentação necessária, com base no Manual de Fiscalização do PAA, que contou com a participação da equipe da SUFIS – Superintendência de Fiscalização e da SUPAF – Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar.

Há necessidade de formação de mais fiscais, conseqüentemente ampliação do quadro de pessoal.

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

É importante ser ressaltado, também, a disponibilidade de um equipamento de informática para cada colaborador no âmbito da SUREG PARÁ, constituindo-se numa condição favorável ao bom desempenho das atividades diárias.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos. Neste caso específico, no Estado de Roraima, ainda temos bastante dificuldade em contratar empresa prestadoras desses serviços, devido a falta de documentação legal. Como sugestão, é necessário que a Matriz estude a possibilidade de quando da aquisição dos aparelhos, contrate também a manutenção dos equipamentos a nível nacional.

A SUREG/RR não dispõe de um administrador de rede, ou seja, um empregado treinado que cuide da parte de TI, contamos apenas com o estagiário de informática de nível superior, que trabalha apenas 04 horas.

Há necessidade também, que os técnicos de TI da Matriz, façam visitas técnicas periodicamente nas SUREGs, para que possam estar ajustando todas as ações que interligam a Matriz a SUREG, realização de supervisão no parque de informática da SUREG, bem como, fiscalização se a política de privacidade no ambiente de rede está sendo obedecida na SUREG.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo

envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

As informações e o conhecimento disponibilizados pela Companhia contribuem para o desenvolvimento da sociedade e são essenciais para a formulação de políticas públicas, para a regulação da oferta de alimentos e para a organização da comercialização agrícola, além de oferecer meios para a garantia de renda do produtor.

A manutenção e disponibilização desse acervo requer o acompanhamento constante das informações e das oscilações de mercado e conta, além da Matriz, com a participação intensa de todas as Superintendências Regionais da CONAB, na coleta e na alimentação periódica dos dados e na troca de conhecimentos para a melhoria contínua na qualidade das informações disponibilizadas.

10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil

O Projeto SigaBrasil é desenvolvido pela Matriz, não possuindo um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da CONAB (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geosafra.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

A criação de uma Superintendência da Conab no Estado de Roraima foi uma grande conquista para a população local, principalmente para o público alvo dos diversos programas executados pela Companhia e que trazem grandes mudanças econômicas, sociais e ambientais, de forma favorável a imagem do Governo, já que nos colocamos mais próximos e com maior poder de consolidar nossos Programas e Ações da Conab.

Hoje a Sureg/RR, apesar dos esforços imensuráveis de sua equipe, sofre em demasia com o número muito limitado de empregados. Para a melhoria da força de trabalho em termos quantitativo e qualitativo a Superintendência Regional vem fazendo gestões junto a Matriz e em outras Regionais, para que consiga pessoas que queiram ser transferidas para a CONAB do Estado de Roraima. Dos 07 (sete) empregados que concordaram em ser transferidos, no ano de 2012, 05 (cinco) retornaram para a suas Superintendência de origem, vale ressaltar que todos ocupavam função de confiança e recebiam gratificação de função quando aqui estavam.

Cabe ser destacado, também, que a adequação do quadro de pessoal da Companhia e, por consequência, da SUREG RR, está atrelada a um contexto maior da gestão de pessoal, o qual, pela sua complexidade e pelo fato de envolver decisões que refletirão no futuro dos empregados da Companhia, exigirão as devidas cautelas, em que pese serem urgentes. Restando apenas agora aguardar por decisões superiores para a realiação de concursos a nível estadual, com vista a possibilitar que pessoas do estado consigam ser aprovadas no concurso e certamente quando assumirem permaneceram no Estado.

Não obstante às limitações impostas, no âmbito regional temos procurado adequar os empregados, de acordo com os níveis de competência, alinhados com os objetivos da SUREG RR.

A Superintendência Regional de Roraima necessita urgente de um Gerente de Finanças e Administração e um Procurador Jurídico, entre outros.

11.2. Comunicação na Instituição

A comunicação de informações importantes para a Companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Além das cópias impressas afixadas nos murais, o informativo também está presente diariamente na intranet e nos murais das superintendências regionais e unidades armazenadoras. Circula de segunda a sexta-feira e as notícias são produzidas, diagramadas e ditadas pela equipe de jornalistas da Matriz, em parceria com estagiários de comunicação das superintendências regionais. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet - este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc. Além das janelas “Aqui entre Nós”; “CONAB em Boa Companhia”; “CONAB em Foco”; “CONAB na Mídia”.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas, página na internet www.conab.gov.br.

Além disso, a CONAB produz informativos escritos na forma de Folders, Revistas, Cartilhas Jornais de grandes circulação e Diário Oficial da União.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

Clima Organizacional

Quando da realização do Clima Organizacional da Companhia, em âmbito nacional, no período de Julho/2008 a Maio/2009, os empregados desta regional não tomaram conhecimento de tão importante evento, portanto, não puderam responder a pesquisa específica, deixando de exprimir seus sentimentos em relação ao assunto, ficando assim prejudicado, as melhorias da gestão de recursos humanos que poderiam ser implementadas pela Companhia.

Ambiente de Trabalho

O ano de 2012, houveram muitas mudanças no quadro de gestores desta Superintendência, como pode-se observar no Quadro 003 – Nomes e Períodos dos Principais Responsáveis, deste relatório, com isso ficando prejudicado as implementações de melhoria que poderiam ter acontecido e conclusão de algumas. Aliada a isso, a não realização da pesquisa do Clima Organizacional nos anos anteriores, a Companhia ficou sem tomar conhecimento do grau de satisfação dos colaboradores em relação ao seu ambiente de trabalho.

Há necessidade de ser realizado nesta Superintendência uma força tarefa para resgatar o sentimento de união entre os colegas, o sentimento de orgulho que o empregado tenha por estar trabalhando nesta Companhia, a valorização de cada um e a valorização da CONAB.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

No ano de 2012, foi realizado somente um treinamento externo que foi o Curso de Registro de Preço beneficiando 02 (dois) empregados, que tinham necessidade do treinamento por fazerem parte da Comissão de Licitação e de Pregão.

Os demais treinamentos realizadas foram internos, promovidos pela própria CONAB, visando implementação de sistemas novos. Além dos Encontros de Superintendente e Gerente de áreas.

Há necessidade de implementação de um projeto de capacitação mais abrangente que beneficiem efetivamente todos os empregados das superintendências, tais como: Informática, Relações Interpessoais, Motivação, entre outros.

Há necessidade também de resgatar os Treinamentos Internos na própria Superintendência. Os empregados devem ser treinados em suas tarefas no próprio ambiente de trabalho.

Há necessidade urgente de capacitação interna para os Encarregados de Setores, principalmente os Encarregados do SEADE – Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos, o nome abrangente diz tudo. A padronização das tarefas desse setor tem que acontecer, a atividade que o encarregado do SEADE exerce aqui tem que ser a mesma que a do encarregado do SEADE/SEREH da SUREG/RJ, SUREG/CE, SUREG/TO, SUREG/SP e os outros.

A SUREG tem que ter mais autonomia na contratação de treinamento no próprio estado. As inscrições nos cursos estão bem elevadas, em média, o valor de inscrição em um curso como por exemplo de Licitação e Fiscal de Contrato está em R\$ 2.800,00. Os R\$ 4.000,00 destinados a capacitação/mês nos estados só dá para capacitar um empregado/mês.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 022 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	15	0	1
1.1. Cargos de Carreira	-	15	0	1
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		15	0	1

Fonte: Digepr/Sugep

Quadro 023 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0

Fonte: Digep/Sugep

Quadro 024 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	5	6	8
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		5	6	8
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	5	6	8

Fonte: Digep/Sugep

Quadro 025 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	0	3	1	0
1.1. Em Cargo de Carreira			3	1	
2. Empregado em Função Gratificada	0	1	7	3	0
2.1. Cargos de Carreira		1	7	3	
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	0	1	10	4	0

Fonte: Digep/Sugep

Quadro 026 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira			1	1			2							
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	0	0	6	0	5	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira							6		5					
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	0	1	1	0	0	8	0	5	0	0	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

Composição do quadro de estagiários

Quadro 027 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	2	2	2	4	
1.1 Área Fim	2	2	2	4	
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	2	2	2	4	0,00

Fonte: Dige/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 028 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retrocessões	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012									0,00	
	2011									0,00	
	2010									0,00	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	134067,58				51298,37		3454,24		188820,19	
	2011	245133,89			4275,00	85428,40				334837,29	
	2010	238946,93				91311,50		10471,57		340730,00	
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012									0,00	
	2011									0,00	
	2010									0,00	
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012									0,00	
	2011									0,00	
	2010									0,00	
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012									0,00	
	2011									0,00	
	2010									0,00	
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012									0,00	
	2011									0,00	
	2010									0,00	
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	389427,66		147046,81		82616,83		10552,88		629644,18	
	2011	223097,47		124847,93		41590,50				389535,90	
	2010	191138,77		85572,34	2791,85	29952,00		4190,74		313645,70	
TOTAL											
	2012	523495,24	0,00	147046,81	0,00	0,00	133915,20	0,00	14007,12	0,00	818464,37

Fonte: Digep/Sugep

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 029 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135100 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0001-80					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2008	V	O	051/2008	04.559.666/0001-35	18/07/10	22/03/12	-	10	-	11	-	1	A	-	22
2010	L	O	047/2010	04.944.460/0001-29	13/10/10	12/10/12	-	32	-	29	-	-	A	-	61
Observações:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Supad

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

A idade média dos empregados da SUREG/RR está entre 45 a 55 anos, com isso a demanda pela aposentadoria junto à Previdência Social crescem, na proporção em que os colaboradores atingem o tempo de contribuição e a idade, exigidos por lei.

Quadro 030 - Principais Indicadores de Desempenho da Gestão de Pessoas

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover Total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	15	17	17
Análise: 1. Análise do Indicador de Rotatividade ou Turnover Por ser uma das SUREG nova, ou seja, recém criada, há em seu quadro ainda uma pequena flutuação, pois ainda não conta com pessoal efetivo, existiram transferências, e por falta de adaptação ao estado, retornaram a sureg de origem.			
Nome do Indicador: Percentual de Realização de Exames Médicos Periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	12	0	0
Análise: 2. Análise do Indicador Percentual Realização de Exames Médicos Periódicos No estado de Roraima há grande dificuldade em contratar profissional da medicina que aceite trabalhar por contrato através do PCMSO. No ano de 2012 as tentativas prosperaram, encontrando um profissional habilitado para realizar tais serviços.			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em Relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
Análise: 3. Análise do Indicador Ocorrência de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em Relação ao Quadro de Lotação Médio Saldo Positivo			
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	3	3	3
Análise: 4. Análise do Indicador Percentual de Empregados com Nível Superior Sem evolução. Temos que envidar esforços para motivar nossos colaboradores a realizarem a primeira faculdade, haja vista, que a CONAB dá um incentivo a isto.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, preenchida pelos empregados por ocasião do ingresso no quadro de pessoal desta SUREG PARÁ, constitui-se na única ferramenta disponível, utilizada para coibir a ocorrência de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.

11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Quadro 031 - Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	
	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor Total das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes – 2012

Dos 17 (dezesete) empregados que compõem o quadro funcional da SUREG-RR, apenas 02 (dois) participam do CIBRIUS, os quais contribuíram no exercício de 2012 com o montante de R\$ 36.904,97, equivalente a 0,24% do total de contribuições da CONAB Nacional, na ordem de R\$ 15.179.741,18.

Valor Pago de Benefícios pelo CIBRIUS

No âmbito da SUREG-RR, 01 (um) participante recebeu benefício durante o exercício/2012, cujo montante atingiu o valor de R\$ 259,24, correspondente a 0,00% do total de benefícios pagos em nível nacional, que totalizou R\$ 22.824.464,73.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 032 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido	4.152.000		2.083.000.000,00		
		011F	2829 - Recuperação Rede Própria	Unid Modernizada	71		15.500.000,00		
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	3.100		3.224.000,00		
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	5.000		600.000,00		
		011E	147U - Modernização UA Itaquí	% exec fisica	6		5.000.000,00		
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	12		1.500.000,00		
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	11.000		1.000.000,00		
	02FE	10HG - Estudo das Perdas	Estudo realizado	3		1.034.210,00			
2069 (MDS)	0613	02DY	20TB - Abast Móvel Fluvial	Unid instalada	5		70.900.000,00		
2012 (MDA)	0411	01BB	20GI - Formação Estoques AF	Prod Adquirido	535.000		217.000.000,00		
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	363.676.042,00		
			0110 - Previdência Privada	Não tem	Não tem	Não tem	27.993.000,00		
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	104.000.666,00		
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	14.781		22.800.000,00		
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	4.333		780.000,00		
			2010 - Assistência Pré-Escolar	Criança atendida	903		3.360.000,00		
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	3.841		7.920.000,00		
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	4.348		24.000.000,00		
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	3.800		1.700.000,00		
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	002F - Cumprimento de Débitos	Não tem	Não tem	Não tem	54.698,00		
			0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	6.000.000,00		
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	1.500.000,00		
			Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Proces			
2.962.542.616,00									

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

O esforço maior para o próximo exercício será sem dúvida a concretização das reformas e serviços a serem realizados na Unidades Armazenadoras e no prédio sede.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Quadro 033 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2798 - Aquisição de Alimentos AF	799.165,00
	2802 - Oper Aquisição alimentos	14.203,20
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	207.966,00
Total		1.021.334,20

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.2 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

12.3 - Demonstrações Contábeis

12.3.1-Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº6.404/76 Incluindo Notas Explicativas

Ver Anexo I.

12.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro 034 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Roraima			O armazem de Alto Alegre e um prédio em Boa Vista estão destinados à venda.
Alto Alegre	1	1	
Boa Vista	2	2	

Fonte: Diafi/Supad

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Roraima, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Boa Vista(RR), 31 de maio de 2013.

ANEXO I - Demonstrações Contábeis

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69

OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes		
Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63

Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS
--	----------------------------	---------------------------

DISCRIMINAÇÃO	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							3.036.040,38	3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO ANTER							23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK

MELO
Diretor de Operações e
Abastecimento

ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e
Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5
CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e

privados.

Nota 2 – Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da CONAB, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a CONAB não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de

2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da CONAB, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os

Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos

direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto CONAB de Seguridade

Social – CIBRIUS, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação,

contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A CONAB é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CVM n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Em R\$ mil

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto CONAB de Seguridade Social - CIBRIUS, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados

por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A CONAB é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à CONAB, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a CONAB está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil	
	Saldo	
2011	34.997	
2012	61.637	

Nota 22 – Benefícios Concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios CONAB, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIU, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da CONAB, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A CONAB, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora CONAB, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a CONAB oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela CONAB e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a CONAB gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil.

Nota 23 – Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da CONAB objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da CONAB (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da CONAB (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da CONAB, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

ANEXO II - xxx